



INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS – CAMPUS FORMIGA
CURSO TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA
TIAGO GERALDO DA SILVA

**ANÁLISE DAS TAXAS DE JUROS EM CARTEIRAS DE PESSOA
JURÍDICA: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA CIDADE DE FORMIGA-MG**

FORMIGA – MG

2016

TIAGO GERALDO DA SILVA

**ANÁLISE DAS TAXAS DE JUROS EM CARTEIRAS DE PESSOA
JURÍDICA: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA CIDADE DE FORMIGA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Financeira.

Orientador: Marcos Franke Costa

FORMIGA – MG

2016

TIAGO GERALDO DA SILVA

**ANÁLISE DAS TAXAS DE JUROS EM CARTEIRAS DE PESSOA
JURÍDICA: UM ESTUDO COMPARATIVO
ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA CIDADE DE FORMIGA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Financeira.

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Me. Marcos Franke Costa
Orientador

Prof.: Liliane Franciole Frazão
Examinadora

Prof.: Gustavo Henrique de Lima
Examinador

Formiga - MG, 07 de Março de 2016.

*Dedico este trabalho aos meus pais
Messias e Vera Lúcia, as minhas irmãs
Maíra e Júnia, a minha esposa Maria
Lúcia e aos meus amigos por existirem na
minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro a minha família, pelo apoio e incentivo, minha esposa Maria Lúcia e meus pais Messias e Vera Lúcia e minhas irmãs Maíra e Júnia.

Ao meu Orientador Marcos Franke Costa, que além de ter um conhecimento enorme nesta área sempre esteve pronto para esclarecimentos, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

E finalizando os agradecimentos não poderia deixar de agradecer a Deus por ter me proporcionado chegar ao fim do curso.

“Se você quer ser bem sucedido, precisa ter dedicação total, buscar seu último limite e dar o melhor de si.”

Ayrton Senna

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar como as Instituições Financeiras atuam no mercado no tocante à cobrança de juros em operações de crédito a pessoas jurídicas na cidade de Formiga-MG. Buscou-se conhecer as taxa de juros praticadas para três importantes operações de desconto antecipado de títulos recebíveis, que são capital de giro, desconto de duplicatas e cartão de crédito. Para este fim foi realizada uma pesquisa com oito Instituições Bancárias do município, sendo esta amostra composta por três Cooperativas, dois Bancos Públicos e três Bancos Privados. Com base nos valores coletados, o resultado encontrado demonstrou que o desconto antecipado de duplicatas é o que apresenta menores taxas, é válido destacar que as Instituições têm taxas que variam em função do valor a ser antecipado e do tempo para se proceder seu pagamento, outro fator observado é se a operação é feita por clientes e qual o seu volume movimentado na agência.

Palavras chave: Antecipação de recebíveis. Taxas de juros. Instituições Financeiras.

LISTA DE SIGLAS

ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

BACEN - Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEF - Caixa Econômica Federal

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPEs - Micro e Pequenas Empresas

MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFN – Sistema Financeiro Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Intermediação Financeira.....	19
Figura 2 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.....	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo das taxas praticadas por Cooperativas.....	31
Gráfico 2 – Taxas mínimas de juros praticadas pelos Bancos Públicos.....	33
Gráfico 3 – Comparativo dos juros praticados para desconto de duplicatas.....	34
Gráfico 4 – Comparativo de taxas máximas praticadas por Bancos Privados.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mercados e Entidades Supervisoras.....	21
Quadro 2 – Taxas de juros Cooperativas.....	31
Quadro 3 – Taxas praticadas pelo Banco Público 1.....	32
Quadro 4 – Taxas praticadas pelo Banco Público 2.....	32
Quadro 5 – Taxas praticadas pelo Banco Privado 1.....	33
Quadro 6 – Taxas praticadas pelo Banco Privado 2.....	33
Quadro 7 - Taxas praticadas pelo Banco Privado 3.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Forma de Enquadramento e Classificação da MPEs.....	17
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	15
2.1 As Micro, Pequenas e Médias Empresas.....	15
2.2 Sistema Financeiro Nacional.....	16
2.2.1 Órgãos Normativos	18
2.2.1.1 Conselho Monetário Nacional	19
2.2.2 Entidades Supervisoras.....	19
2.2.2.1 Banco Central do Brasil.....	20
2.2.3 Operadores	21
2.2.3.4 Instituições Financeiras captadoras de depósito à vista.....	22
2.2.3.4.1 Bancos Comerciais.....	22
2.2.3.4.2 Bancos Múltiplos com Carteira Comercial.....	23
2.2.3.4.3 Cooperativas de Crédito.....	23
2.3 O Setor Bancário Brasileiro	23
2.4 Antecipação de Recebíveis	24
2.4.1 Capital de Giro	24
2.4.2 Desconto de Duplicatas/Títulos.....	25
2.4.3 Desconto de Fatura de Cartão de Crédito.....	25
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 Tipo de Pesquisa.....	27
3.2 Amostragem	27
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados	28
3.4 Análise dos Resultados	29
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	30
4.1 Cooperativas	30
4.2 Bancos Públicos.....	31
4.3 Bancos Privados	32
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXO 1 – COOPERATIVAS.....	40
ANEXO 2 – BANCOS PÚBLICOS.....	41
ANEXO 3 - BANCOS PRIVADOS.....	43

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as micro e pequenas empresas apresentam-se como organizações de grande representatividade no cenário econômico e social. Elas são responsáveis pelo crescimento do PIB e são capazes de gerar empregos nos mais diversos setores da economia. (PINTO, 2012).

Neste sentido, DAHER *et al.*, (2012), destaca que para a economia, as micro e pequenas empresas – (MPE's) apresentam relevância indiscutível para o país, pois representam mais de 90% das empresas em atividade no Brasil e são as maiores geradoras de novos postos de trabalho a cada ano. No entanto, o cuidado com planejamento, seja ele administrativo ou financeiro, são fatores que comprometem sua manutenção.

Além deste aspecto, a atual situação econômica do Brasil traz como consequência a redução do consumo e conseqüentemente coloca em risco a sobrevivência de diversas empresas. Neste contexto, uma gestão eficiente do capital de giro é imprescindível para que estas se mantenham no mercado, entretanto, observa-se que a busca por alternativas que possam capitalizar as organizações são uma constante. (SOARES; FARIAS; SOARES, 2011).

Considerado a mola propulsora de qualquer economia, o crédito é uma necessidade básica para que as empresas e indústrias se desenvolvam social e economicamente. É o crédito que promove o giro de capital no comércio e permite aos indivíduos adquirirem bens. (GARCIA, 2014).

Neste sentido, as decisões financeiras podem influenciar o sucesso ou fracasso empresarial a partir do momento em que os recursos disponibilizados são utilizados de modo adequado, permitindo também uma correta avaliação das estratégias de mercado para que estas sejam aplicadas de forma criteriosa objetivando aperfeiçoar os resultados através de análises e planejamentos adequados com base nas informações financeiras extraídas das organizações. (GITMAN, 2010).

Entretanto, o que se observa é uma dificuldade por parte das micro e pequenas empresas em administrar seu setor financeiro, o que por sua vez acaba comprometendo sua sobrevivência. Assim, é necessário que estas empresas administrem suas finanças com base em sistemas sólidos que permitam uma análise eficiente acerca de seus processos administrativos e contábeis. (GARCIA, 2014).

Todavia, Yamakawa (2011), destaca que, no caso das micro e pequenas empresas não conseguirem se manter apenas com seus lucros, é necessário utilizar alternativas como a antecipação de títulos descontáveis como empréstimos para aquisição de capital de giro, desconto antecipado de duplicatas e cartão de crédito.

No entanto, é de grande importância que as empresas busquem conhecer as taxas de juros e encargos cobrados pelas Instituições Bancárias, para que posteriormente avaliem de acordo com sua situação aquela que oferece melhores condições para cada tipo de título recebível antecipado.

Dentro deste contexto, o presente estudo buscou responder ao seguinte questionamento: Como as Instituições Financeiras do município de Formiga-MG, atuam no mercado no tocante à cobrança de juros de títulos descontáveis?

O tema abordado nessa pesquisa é de grande relevância uma vez que proporciona a oportunidade de avaliar as Instituições Financeiras do município de Formiga-MG, sob a ótica de funcionamento no que se refere às taxas de juros praticadas por Cooperativas de Crédito e Instituições Bancárias Públicas e Privadas em operações de crédito para pessoas jurídicas, estabelecendo, assim, um comparativo que permita identificar o motivo de cobranças diferenciadas.

Não obstante, esta pesquisa tratou ainda elucidar se as estratégias atuais utilizadas pelas Instituições Financeiras pesquisadas estão de acordo com as perspectivas econômicas.

Para tanto, o objetivo geral do presente trabalho, buscou analisar como as Instituições Financeiras atuam no mercado no tocante à cobrança de juros na cidade de Formiga-MG. E para cumprir a proposta os objetivos específicos foram traçados a fim de: i) identificar quais são as taxas de juros praticadas por Cooperativas de Crédito e demais Instituições Bancárias Públicas e Privadas para Pessoa Jurídica; ii) analisar as diferenças das taxas de juros praticadas e quais são os motivos que levam as diversas Instituições Bancárias a esta variação e, por fim, iii) confrontar a atuação das Cooperativas de Crédito com as demais Instituições Financeiras analisadas de acordo com as variáveis: capital de giro; desconto de duplicata e antecipação de cartão de crédito para pessoa jurídica.

Este trabalho se justifica como fonte de dados que possa auxiliar as micro e pequenas empresas da cidade de Formiga – MG a encontrar alternativas de crédito que representem menor ônus financeiro e conseqüentemente usar estes recursos para a manutenção de suas atividades fomentando a economia local e garantindo a manutenção de empregos e demais benesses creditadas a estas instituições.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 As Micro, Pequenas e Médias Empresas

As micro, pequenas e médias empresas são um tipo de organização bastante difundida no Brasil. De modo particular, as micro e pequenas empresas (MPEs) apresentam diversas semelhanças que vão desde a forma como lidam com seus clientes quanto à forma como são organizadas. (PINTO, 2012).

As MPEs possuem estrutura produtiva simples e atuam nos mais diversos setores da economia e de acordo com dados do Sebrae no ano de 2014, as MPEs foram responsáveis por cerca de 84% dos empregos gerados no país naquele ano. Enquanto as médias e grandes empresas geraram apenas 16% das vagas de emprego no país. (EBC, 2015).

As definições dadas à micro, pequenas e médias empresas no Brasil (MPMEs) variam de acordo com a classificação de cada órgão julgador. Em avaliação geral os critérios para classificação das empresas abrangem a quantidade de funcionários e a receita bruta.

De acordo com Pinto (2012) a definição de microempresa foi estabelecida no ano de 1984 por meio do decreto Lei 7256/84 por João Figueiredo e, posteriormente foi revogado com o advento da Lei 9841/99 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e alterada no ano de 2006 com a Lei Complementar n^o. 123 por Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2006 as microempresas passaram a integrar o regime tributário do Simples Nacional e, para isso deveriam ter uma renda bruta anual de até R\$240.0000,00. No entanto, no ano de 2012 passaram a ser classificadas como microempresas, aquelas que apresentassem uma renda bruta anual inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já as pequenas empresas eram caracterizadas por possuírem uma receita anual superior a R\$ 360.000,00 podendo atingir um patamar máximo igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). As empresas classificadas de médio porte deveriam ter uma receita bruta acima de R\$ 3.600.000,00 de reais e atingir valores menores ou iguais a 24 milhões de reais. (DAHER *et al.*, 2012).

De acordo com Pinto (2012) para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), a classificação do porte das empresas está pautada na quantidade de funcionários, como é possível visualizar na TAB. 1 abaixo.

Tabela 1 – Forma de Enquadramento e Classificação da MPEs

	Micro	Pequenas	Médias
Comércio	9	49	100
Indústria	19	99	500
Serviço	9	De 10 a 49	De 50 a 99

Fonte: Pinto (2012)

De acordo com o IBGE (2010) o critério de classificação das MPEs por número de pessoas ocupadas não leva em conta as diferenças entre atividades com processos produtivos distintos, uso intensivo de tecnologia da informação e/ou forte presença de mão-de-obra qualificada, podendo ocorrer em algumas atividades a realização de alto volume de negócios com a utilização de mão-de-obra pouco numerosa, como é o caso de empresas atacadista, das atividades de informática e dos serviços técnico-profissionais prestados às empresas, como a prestação se serviços jurídicos, contábeis ou de consultoria entre outros. (DAHER et al., 2012).

2.2 Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro é formado pela associação de Instituições Financeiras que tem como objetivo controlar o fluxo de valores circulantes entre investidores e poupadores. O sistema é controlado pelas normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). (ASSAF NETO, 2011).

Pinheiro (2012, p. 36), completa dizendo que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é “um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias até o investimento demandado pelas deficitárias”. Dessa forma pode-se dizer que o SFN é uma rede de mercados e instituições que tem a função de transferir os fundos disponíveis dos poupadores, ou seja, aqueles cuja renda é maior do que seus gastos, ou seja, aqueles cujos gastos são maiores que a sua renda.

De acordo com Fortuna (2005), a estrutura atual do SFN tem como órgão máximo o Conselho Monetário Nacional, com atribuições apenas normativas e responsável pelas políticas monetária, creditícia e cambial do país. O Banco Central, por sua vez, atua como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN. Entre suas

competências, o Banco Central deve “propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, de forma a tornar mais eficiente o sistema de pagamento e mobilização de recursos” e “zelar pela liquidez e pela solvência das instituições financeiras”. (FORTUNA, 2005).

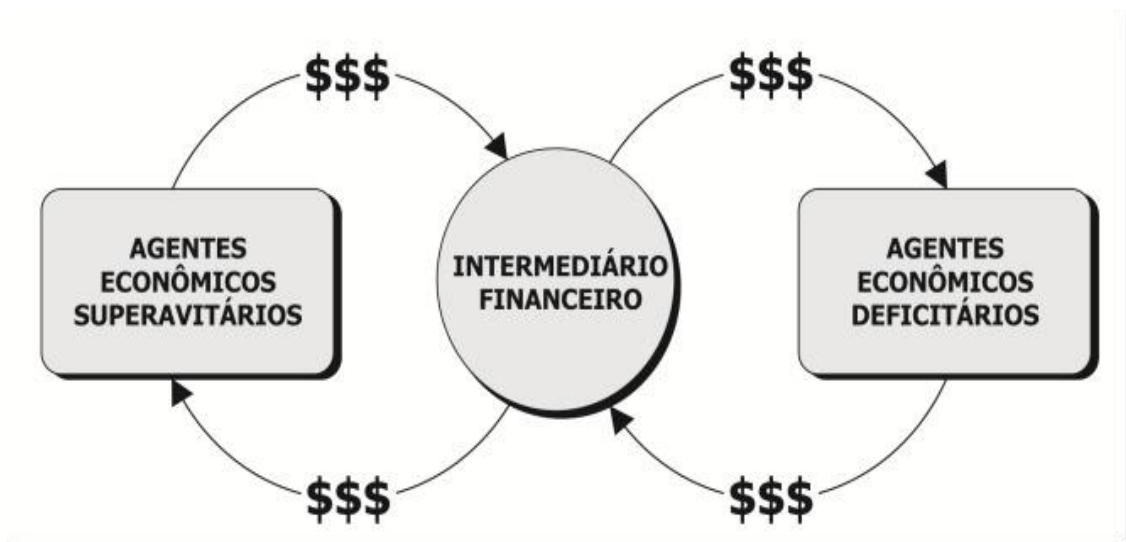
Lagioia (2011) complementa conceituando o SFN como um conjunto de mercados, instituições e instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertadores finais para os tomadores finais.

De acordo com Fortuna (2005), o mercado financeiro é dinâmico e, por isso, existe a necessidade entidades que possam se responsabilizar em controlar sua atuação e elaborar condições que satisfaçam o processo de manutenção dos recursos que nele são lançados.

Complementando a ideia dos autores supracitados, Fortuna (2011) acrescenta que o Sistema Financeiro Nacional é um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos financeiros entre poupadores e investidores.

A figura que segue, ilustra um modelo simplificado de intermediação financeira entre agentes econômicos superavitários e deficitários.

Figura 3 - Modelo de Intermediação Financeira



Fonte: Lagioia, 2011, p. 54 (Adaptado).

A atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional abrange instituições normativas, supervisoras e operadoras, agrupadas segundo as questões monetárias, de seguros e de previdência, conforme a figura abaixo.

Figura 4 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Pinheiro, 2012, p. 60 (Adaptado).

Como podemos observar na imagem anterior, o SFN possui variados tipos de instituições que serão abordados nos tópicos a seguir, tratando as suas hierarquias e funções.

2.2.1 Órgãos Normativos

Os Órgãos Normativos exercem um papel importante para todo o Sistema Financeiro Nacional. Sua estrutura é feita de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir os interesses do mesmo (PINHEIRO, 2012). Desse modo, os órgãos normativos devem desempenhar suas funções com a máxima eficiência, para que os objetivos do Sistema Financeiro Nacional sejam alcançados.

A principal função dos Órgãos Normativos é elaborar as normas que orientarão o pleno funcionamento do SFN, bem como estabelecer diretrizes de atuação das instituições financeiras operativas e controle do mercado.

As instituições que compõem o segmento normativo são três grandes conselhos: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB). No caso deste estudo, será destacado apenas o Conselho Monetário Nacional.

2.2.1.1 Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do sistema financeiro do País, criado a partir da Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595, de 31/12/1964), em substituição ao Conselho da Moeda e Crédito. O CMN é um órgão especificamente normativo, não exercendo nenhuma função executiva (ASSAF NETO, 2011).

Com amplas atribuições, o CMN tem como principal finalidade formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país. É responsável também pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial. Pelo envolvimento dessas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba se transformando em um conselho de política econômica (FORTUNA, 2011).

A constituição dos membros do CMN foi se modificando ao longo de sua existência, chegando a ter cerca de 20 membros. Hoje é composto por apenas três, sendo eles: o Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente; o Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Presidente do Banco Central do Brasil.

2.2.2 Entidades Supervisoras

A principal função das entidades supervisoras é fiscalizar e controlar as normas que foram elaboradas pelas autoridades monetárias. Elas têm como atribuição a edição das normas que definem os parâmetros para a transferência de recursos dos agentes superavitários para os deficitários, com isso tem o dever de controlar o funcionamento das instituições que fazem as operações de tais intermediações financeiras (PINHEIRO, 2012).

Existem quatro entidades supervisoras que são divididas conforme os mercados ou segmentos que elas supervisionam:

Quadro 2 - Mercados e Entidades Supervisoras

MERCADO	ENTIDADE SUPERVISORA
Financeiro	Banco Central do Brasil
Capitais	Comissão de Valores Mobiliários
Seguros Privados e Capitalização	Superintendência de Seguros Privados
Previdência Complementar	Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Fonte: Pinheiro, 2012, p. 66.

As entidades são subordinadas aos conselhos da seguinte maneira: (i) Conselho Monetário Nacional: Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Imobiliários; (ii) Conselho Nacional de Seguros Privados: Superintendência de Seguros Privados; (iii) Conselho Nacional de Previdência Complementar: Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Neste estudo foi descrito com maiores detalhes apenas o Banco Central do Brasil.

2.2.2.1 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão executivo central do SFN. Funciona como secretaria executiva do CMN, sendo responsável pela fiscalização e cumprimento das normas que regulam o funcionamento do SFN expedidas pelo Conselho. De acordo com Assaf Neto (2011, p.67), o BACEN tem o dever de assegurar o equilíbrio monetário, adotando os seguintes objetivos: “zelar pela liquidez da economia, manter as reservas internacionais do país em nível satisfatório, assegurar a formação de poupança em níveis apropriados e garantir a estabilidade e o aperfeiçoamento do SFN”.

Considerado um órgão intermediário entre o CMN e as demais instituições financeiras, é por meio do BACEN que o Estado intervém diretamente no sistema financeiro e, indiretamente, na economia. A sede do BACEN fica na cidade de Brasília, com representações regionais em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

2.2.3 Operadores

Todas as áreas operacionais e de apoio logístico da central trabalham de forma articulada, promovendo sistematicamente um contínuo aperfeiçoamento de suas filiadas em nível de direção, gerencial e funcional, buscando sempre aprimorar o desempenho das cooperativas singulares.

O segmento operativo aplica as normas e cria as condições operacionais para implementá-las. Esse segmento é constituído pelas Instituições Financeiras Públicas e Privadas que atuam no SFN. Dentre as principais instituições desse segmento estão o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e a Caixa Econômica Federal (CEF), que são Bancos Públicos operadores de políticas governamentais. Por exercerem atribuições de interesse do Governo Federal, estas instituições pertencem, ao mesmo tempo, ao segmento supervisor e ao segmento operador.

De acordo com Lagioia (2011, p.64) “o Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista, com seu capital dividido em ações ordinárias transacionadas em bolsas de valores, sendo a União a maior detentora das ações negociadas”. No desenvolvimento de suas atividades, o BB atua com três funções: Agente Financeiro do Governo Federal; Banco de Desenvolvimento e Financiamento; e Banco Comercial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil (PINHEIRO, 2012). O BNDS é a instituição responsável pela política de investimentos de longo prazo do Governo Federal e principal Instituição Financeira de fomento do país.

Pollhein (2009) ressalta que o BNDES é a principal Instituição Financeira de fomento do Brasil por impulsionar o desenvolvimento econômico com financiamentos de longo prazo, diminuir desequilíbrios regionais, promover o crescimento das exportações, dentre outras funções.

Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país bem como para o incremento das exportações brasileiras. Contribui também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais. (LAGIOIA, 2011, p.45 *apud* POLLHEIN, 2009, p. 23).

A Caixa Econômica Federal assemelha-se aos Bancos Comerciais, pois pode captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Contudo a CEF é uma Instituição Financeira pública que atua de forma autônoma e apresenta um objetivo claramente social, concedendo empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de habitação, assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte (HOJI, 2004).

Nos próximos tópicos serão apresentadas as demais instituições do segmento operador.

2.2.3.4 Instituições Financeiras captadoras de depósito à vista

Um tipo importante de Instituição Financeira é a Instituição Captadora de Depósito a Vista, que aceita fundos das unidades superavitárias e os concede em crédito as deficitárias mediante empréstimos e compra de títulos (PINHEIRO, 2012). Essas instituições são supervisionadas pelo BACEN, têm capacidade de criação de moeda escritural, e se dividem em Bancos comerciais, Bancos múltiplos com carteira comercial e Cooperativas de crédito.

2.2.3.4.1 Bancos Comerciais

Objeto de estudo desta pesquisa, os bancos comerciais são Instituições Financeiras Públicas ou Privadas que conforme Lagioia (2011) tem como principal objetivo proporcionar o suprimento adequado dos recursos necessários pra financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviço e as pessoas físicas e terceiros em geral.

De acordo com Fortuna (2011), os bancos comerciais são Instituições Financeiras monetárias e tem como atividade básica a captação de depósitos a vista, que nada mais é do que as contas correntes que são movimentadas livremente. Os Bancos comerciais também recebem recursos de quem tem e os distribui para aqueles que necessitam, através do crédito seletivo, caracterizando-se como intermediários financeiros.

2.2.3.4.2 Bancos Múltiplos com Carteira Comercial

Os Bancos múltiplos são Bancos que podem operar simultaneamente com autorização do Banco Central, carteiras de Banco comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de desenvolvimento (LAGIOIA, 2011). Podem constituir-se em uma só Instituição Financeira de Carteiras Múltiplas, com personalidade jurídica própria, com um único caixa e balanço, e que pode selecionar com o que deseja operar. Os Bancos múltiplos de grande porte apresentam normalmente grande número de carteiras operacionais. Já os Bancos de menor porte podem se especializar em determinada área de atuação.

2.2.3.4.3 Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são instituições voltadas a oferecer créditos e prestar determinados serviços financeiros a seus associados. (Guimarães; Araújo, 2001).

Segundo Assaf Neto (2011), as cooperativas de crédito, de acordo com a legislação em vigor, são equiparadas a uma Instituição Financeira, sendo reguladas e autorizadas pelo BACEN. Os recursos das cooperativas são captados dos associados através de depósitos à vista e a prazo, de empréstimos, repasses e refinanciamentos, podendo também receber doações. Já o crédito que as cooperativas concedem, podem ser realizados através de empréstimos, descontos de títulos e financiamentos.

2.3 O Setor Bancário Brasileiro

O setor Bancário é considerado o sistema mais relevante para a manutenção e desenvolvimento da economia de um país e, neste caso os bancos são os agentes mais importantes no funcionamento do mercado financeiro.

As Instituições Bancárias oferecem serviços e comercializam produtos que propiciam um funcionamento efetivo da sociedade moderna e, ao mesmo tempo assumem riscos e processam investimentos diversos que garantem o bom funcionamento da economia por meio de sua capacidade de liquidez das transações. (GARCIA, 2014).

Neste contexto, por meio da captação de depósitos provenientes de agentes superavitários as Instituições Bancárias realizam empréstimos a agentes deficitários e utilizam as taxas de juros para remunerar o capital tomado de empréstimo.

O sistema Bancário no Brasil é projetado para atuar nos moldes dos Bancos da Europa e Estados Unidos a nível operacional no tocante à concessão de crédito, tecnologia, estrutura, regulamentação e saúde financeira. Entretanto, o volume de crédito cedido ainda é considerado baixo se comparado à maiores economias mundiais de acordo com dados da ANEFAC (2013).

Historicamente, as transformações que ocorreram no setor bancário brasileiro durante as décadas de 80 e 90 potencializaram o crescimento e a modernização deste setor nos anos seguintes. Essas mudanças foram resultado de um longo processo de inserção tecnológica e otimização estrutural do setor que influenciaram diretamente a natureza dos produtos, mercados e organizações internas. (MISSIO; VIEIRA; IAHN, 2006).

Com o crescimento deste setor e conseqüente reestruturação, mudanças nos cenários econômico, social e político impulsionaram a formação de um novo cenário onde, a introdução de novas tecnologias, o surgimento de novos produtos e serviços e modificações políticas que incluíam processos de desregulamentação, privatização e liberalização financeira exerceram grande influência na formação de um ambiente empresarial altamente competitivo. (CAMARGO, 2009).

Após a implantação do Plano Real, as mudanças no atendimento aos clientes foram intensificadas primando pela qualidade visto que a concorrência entre empresas que atuavam neste segmento passou a ser acirrada devido à busca por instituições. Assim, por meio da consolidação do setor bancário ocorrido por meio de políticas econômicas internas e externas, e segundo as políticas dos governos que administraram o país, a economia passou por momentos de crise e outros de bonança. (BORGES, 2014).

2.4 Antecipação de Recebíveis

2.4.1 Capital de Giro

A possibilidade de antecipar títulos permite às empresas receber créditos futuros propiciando uma liquidez imediata à manutenção de suas atividades. É fato que as questões referentes ao capital de giro podem levar à mortalidade de

empresas, especialmente em épocas onde há altas taxas de inflação e o consumo se torna reduzido. (SOARES; FARIAS; SOARES, 2011).

Neste sentido, o capital de giro é considerado o ativo que é investido para sanar necessidades futuras ou imediatas de uma organização. É importante ressaltar que este capital de giro pode ser alocado em estoques, em contas bancárias ou em títulos a receber. (GITMAN, 2010).

Caso a empresa necessite antecipar seu capital de giro em virtude de uma má administração ou por investimentos equivocados, é possível realizar a antecipação do capital de giro por meio do desconto de duplicatas, cheques pré-datados, antecipação de cartão de crédito, custódia de cheques ou financiamento de compras. (ASSAF NETO, 2009).

Sobre a antecipação de capital de giro realizada por Instituições Bancárias incidem despesas e taxas diversas aplicadas às operações financeiras tais como: IOF, juros e impostos diversos por período que abrangem a data em que o documento é antecipado até o seu pagamento.

2.4.2 Desconto de Duplicatas/Títulos

O desconto de duplicatas consiste em um tipo de operação financeira na qual recursos são antecipados para os clientes, onde duplicatas referentes às vendas são pagas e ao mesmo tempo são dadas como garantia de recebimento às Instituições Financeiras. (SECURATO, 2002).

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (2010) são enquadrados neste tipo de modalidade somente pessoas jurídicas, pois estas estão aptas a emitir duplicatas de mercadorias ou serviços. Para tanto, o valor a ser antecipado tem relação direta com a capacidade de pagamento do cliente, sendo este delimitado pela Instituição Financeira e, caso não seja efetuado o pagamento no prazo previamente estabelecido, caberá ao cedente realiza-lo.

2.4.3 Desconto de Fatura de Cartão de Crédito

A antecipação de valores a receber através de vendas realizadas com o uso de cartões de crédito atendem ao segmento de pessoas jurídicas, onde será repassado antecipadamente o valor da fatura, descontadas as taxas cobradas pelas administradoras. (GONÇALVES, 2010).

Neste tipo de operação são cobrados encargos pré-fixados como IOF e taxa de abertura de crédito. Entretanto, apesar da existência de taxas, esta pode ser uma opção considerada plausível para sanar a necessidade imediata de capital de giro de uma organização.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi respaldada em estudos descritivos, observações, entrevistas informais, estudos exploratórios assim como obras sobre o tema e análise documental.

3.1 Tipo de Pesquisa

Uma metodologia de trabalho consiste em definir os instrumentos a serem utilizados durante a pesquisa, os quais foram neste estudo elaborados entre a pesquisa bibliográfica e que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003) tem o objetivo de estabelecer uma base de referência teórica, através das opiniões existentes sobre o assunto, e questionários aplicados aos gerentes das organizações estudadas.

Esta pesquisa também pode ser classificada como bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2003), em pesquisas, seja qual for a sua tipologia, o levantamento e seleção de uma bibliografia concernente é um pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo. A busca do conhecimento por meio da bibliografia pertinente permitirá ao pesquisador maior clareza na formulação do problema de pesquisa, enriquecendo, o seu embasamento teórico. É também classificada como quanti-qualitativa e estudo de caso.

Este estudo foi classificado como pesquisa descritiva. Segundo Vergara (2007), as pesquisas descritivas são realizadas por possuírem objetivos bem definidos, procedimentos formais, serem bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas de cursos de ação. A pesquisa descritiva é mais formal e estruturada que uma pesquisa exploratória. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

3.2 Amostragem

A amostra é uma parte do universo (população), escolhida segundo algum critério de representatividade. Segundo Vergara (2007) existem dois tipos de amostra: probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilística.

Segundo Mattar (2001), a amostragem probabilística é aquela em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra. Já a amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Da amostra probabilística destacam-se a aleatória simples, a estratificada e a por conglomerado. Da amostra não probabilística destacam-se aqui aquelas selecionadas por conveniência ou acidental, intencional ou por julgamento e quotas ou proporcional e por tipicidade.

A amostra levantada no estudo caracterizou-se como não probabilística, selecionadas por conveniência, segundo o critério de acessibilidade, uma vez que se contou com a participação de Cooperativas de Crédito e Bancos Públicos e Privados que concordaram em ceder ao pesquisador as taxas de juros praticadas para a antecipação de títulos descontáveis.

Os dados foram fornecidos por oito Instituições Financeiras, localizadas no município de Formiga-MG, sendo formados por 3 Cooperativas; 3 bancos privados e 2 bancos públicos.

É importante ressaltar que a obtenção de dados financeiros cedidos pelas referidas Instituições possui diversos obstáculos, pois estas não desejam expor suas taxas a fim de evitar comparações ou estimular publicamente a concorrência, que poderia ocasionar a perda de clientes.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Mattar (2001) pontua que o instrumento de coleta de dados é o documento através do qual, perguntas e questões são apresentadas aos respondentes e onde são registradas as respostas e dados obtidos. Todo o trabalho de planejamento e execução das etapas iniciais do processo de pesquisa se consolida no instrumento de coleta de dados.

Os dados foram coletados entre os dias 2 e de fevereiro de 2016, através de planilhas utilizadas pelas próprias Instituições Financeiras, onde foram expostas algumas das taxas de juros praticadas para a antecipação de descontáveis. Este fato fez com que houvesse diferenças na forma de explicitar os dados e, por este motivo, algumas variáveis não puderam ser apresentadas de maneira completa.

A etapa posterior se configurou no exame de consistência e consequente análise dos dados.

3.4 Análise dos Resultados

Neste trabalho utilizou-se metodologia qualitativa, onde, de modo geral, é a mais utilizada em pesquisa de mercado e opinião. Segundo Lakatos e Marconi (2003) esta metodologia permite mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, de um universo (público alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada.

Os dados obtidos foram codificados e analisados de modo a proporcionar um maior entendimento ao fenômeno na pesquisa.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Cooperativas

No município de Formiga-MG, existem três Cooperativas de crédito. É possível verificar que as taxas de juros praticadas para desconto antecipado de recebíveis são semelhantes no tocante ao capital de giro, entretanto, quando são analisadas as variáveis “desconto de duplicata” e “antecipação de cartão” há uma variação nestas taxas, sendo a Instituição 2, a que pratica menores valores para descontos antecipados. E a 1 menores juros na antecipação de cartão.

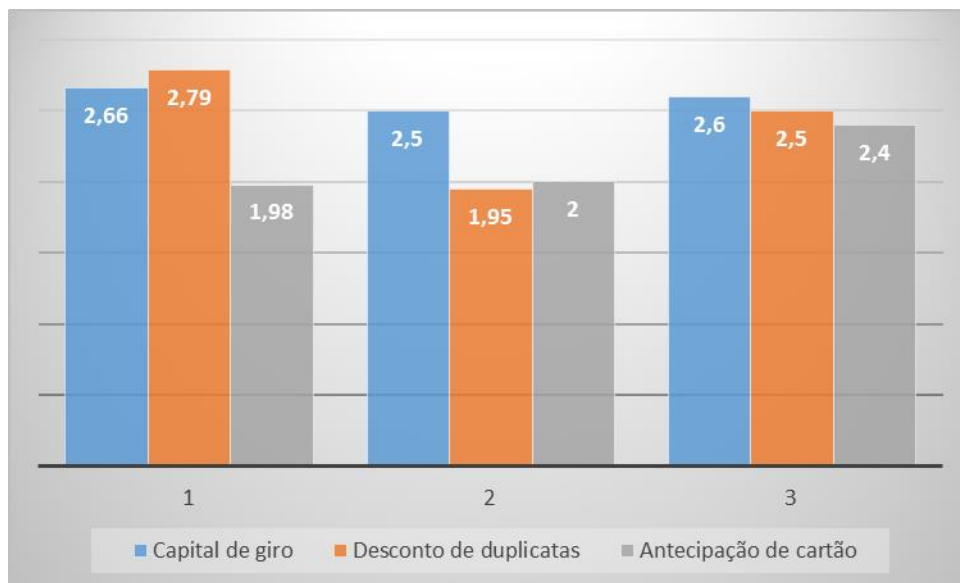
A Cooperativa 1 trabalha por meio de uma base de associados que são subdivididos em categorias: topázio, rubi, safira, esmeralda e diamante, indicando a renda dos grupos de associados e as taxas praticadas para cada categoria. Esta divisão contempla os associados de acordo com sua capacidade de depósito ou volume de movimentação bancária.

Quadro 2 – Taxas de juros das Cooperativas

	1	2	3
Capital de giro	2,66	2,50	2,60
Desconto de duplicatas	2,79	1,95	2,50
Antecipação de cartão	1,98	2,00	2,40

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 1 – Comparativo das taxas praticadas por Cooperativas



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

4.2 Bancos Públicos

No caso dos Bancos Públicos, estes atuam em função do nível de investimento das empresas e, desta maneira, podem ter taxas variando entre máximos e mínimos prefixados a fim de atender à demanda e capacidade de gerar lucros das organizações dos mais diversos setores da economia, onde são avaliados faturamentos mensais de R\$500.000,00 podendo chegar a valores acima de R\$15.000.000,00.

Quadro 3 – Taxas praticadas pelo Banco Público 1

	Mínimo	Máximo
Capital de giro	2,10	3,90
Desconto de duplicatas	2,20	3,70
Antecipação de cartão	1,70	2,11

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

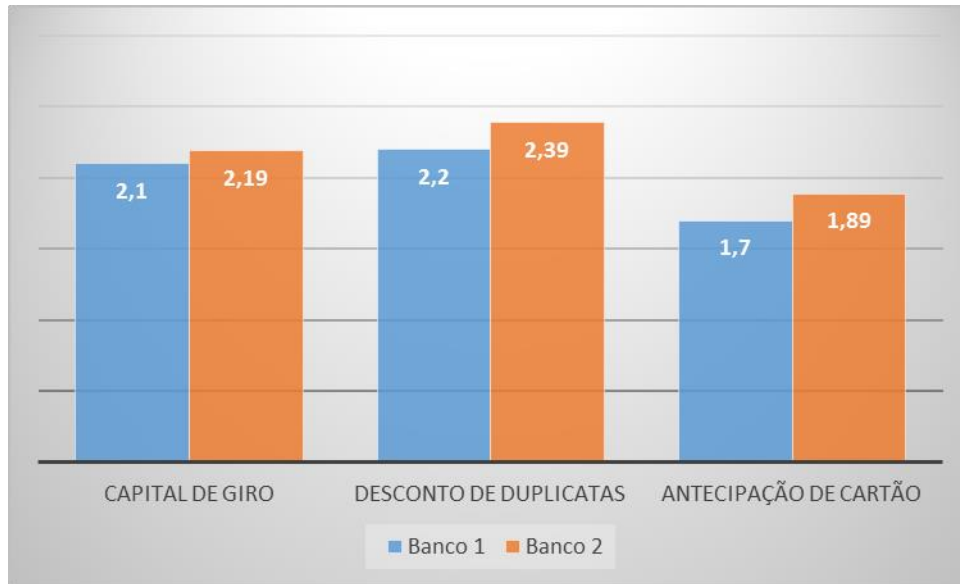
Quadro 4 – Taxas praticadas pelo Banco Público 2

	Mínimo	Máximo
Capital de giro	2,19	2,69
Desconto de duplicatas	2,39	2,79
Antecipação de cartão	1,89	2,03

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

As taxas mínimas de juros comparadas entre dois Bancos Públicos apresentam pequenas variações, como é possível verificar no GRÁF. 2. No entanto, ao se comparar as taxas máximas de juros praticadas pelos mesmos Bancos Públicos verifica-se que estas apresentam variações superiores a 1%.

Gráfico 2 – Taxas mínimas de juros praticadas pelos Bancos Públicos



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

4.3 Bancos Privados

No caso dos Bancos Privados, a competição entre eles é acirrada na busca de novos clientes, neste sentido, as taxas de juros praticadas podem apresentar grandes variações e possuírem contextos diversos para enquadrar seus clientes e delimitar as taxas de juros a serem praticadas para títulos descontáveis.

No caso do Banco 1 e Banco 2, as taxas disponibilizadas são para valores que alcançam até R\$1.000.000,00.

Quadro 5 – Taxas praticadas pelo Banco Privado 1

	Mínimo	Máximo
Capital de giro		1,90
Desconto de duplicatas	1,52	1,82
Antecipação de cartão		1,60

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Quadro 6 – Taxas praticadas pelo Banco Privado 2

	Mínimo	Máximo
Capital de giro		2,80
Desconto de duplicatas	1,90	2,80
Antecipação de cartão		1,60

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O Banco denominado 3, tem suas taxas de juros para descontáveis baseados em seis pré-requisitos:

- até R\$10.000,00
- de R\$10.000,00 a R\$50.000,00
- de R\$50.000,00 a R\$150.000,00
- de R\$150.000,00 a R\$250.000,00
- de R\$250.000,00 a R\$400.000,00
- acima de R\$400.000,00

De posse destes valores, foram estabelecidos mínimos e máximos para o desconto dos títulos, a fim de facilitar a visualização das taxas praticadas.

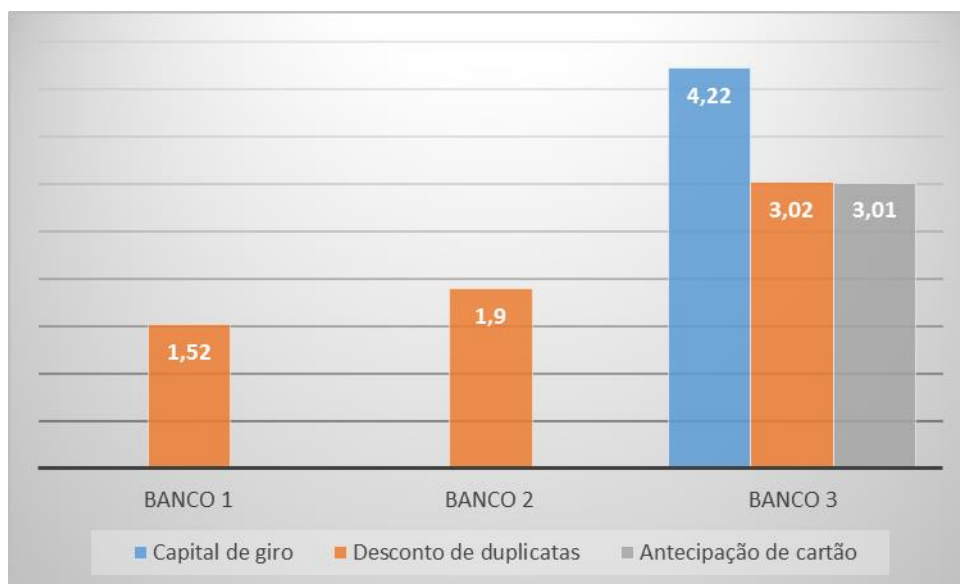
Quadro 7 - Taxas praticadas pelo Banco Privado 3

	Mínimo	Máximo
Capital de giro	4,22	5,13
Desconto de duplicatas	3,02	4,02
Antecipação de cartão	3,01	3,62

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Ao se analisar os valores mínimos praticados pelos Bancos Privados, apenas o Banco 3 forneceu todos os valores de juros para o desconto de recebíveis, conforme é possível observar no GRÁF. 3.

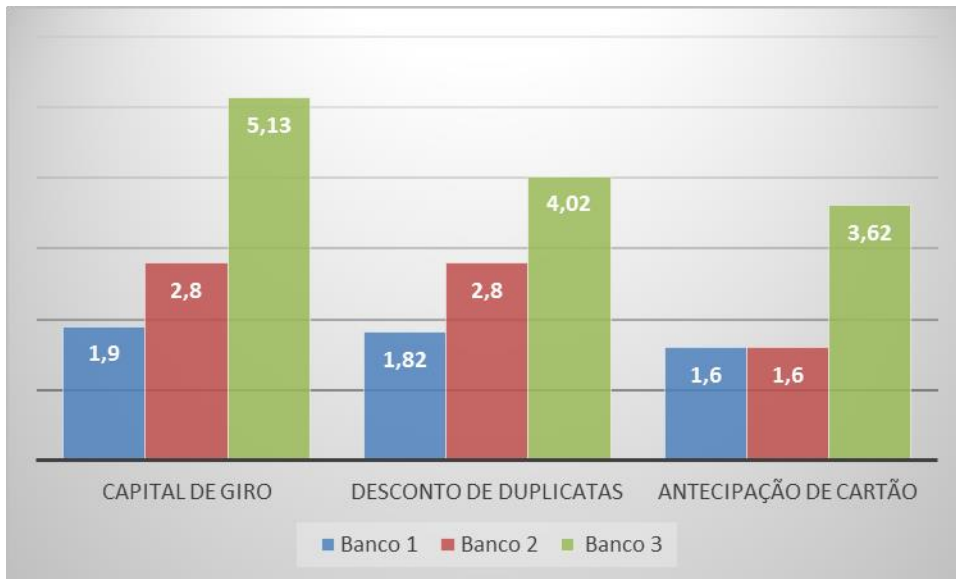
Gráfico 3 – Comparativo dos juros praticados para desconto de duplicatas



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Quanto aos valores máximos cobrados pelas três Instituições Privadas, verifica-se que há uma diferença significativa entre os Bancos quanto à antecipação de cartão de crédito e, de modo geral, ao se analisar as três variáveis estudadas neste trabalho, o Banco 1 é o que apresentou menores taxas.

Gráfico 4 – Comparativo de taxas máximas praticadas por Bancos Privados



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A análise dos juros praticados por Instituições Financeiras Pública e Privadas, além de Cooperativas de crédito localizada no município de Formiga-MG, demonstram que, a possibilidade em antecipar recebíveis que possam ser utilizados para capitalizar empresas, são passíveis da cobrança de juros que podem variar de uma Instituição para outra, mesmo quando estas pertencem a um mesmo setor.

O financiamento do capital de giro é um dos caminhos mais utilizados pelas empresas para cobrir financiamentos concedidos aos clientes, onde os prazos são maiores que aqueles concedidos pelos fornecedores. Desta maneira, para suprir retiradas de caixa ou utilização de capital de investidores ou dos proprietários são feitas antecipações de títulos para manter a organização funcionando e, para isso, são pagas taxas de juros que variam em função da lucratividade destas com sua atividade.

No caso do desconto de duplicatas, sobre a antecipação dos recursos incide um custo financeiro que é deduzido do seu valor total e, ao final recebe-se um montante onde será deduzido o custo da operação.

É importante ressaltar que, algumas Instituições cobram juros abusivos e agem em virtude da necessidade ou urgência de obtenção de capital das empresas. (ANEFAC, 2013). No entanto, são também avaliadas pelas Instituições Financeiras, o prazo para pagamento dos títulos, assim, aqueles que podem ser quitados em curto prazo sofrem menor taxa de juros e em contrapartida, aqueles com maior período para quitação serão submetidos a taxas maiores de juros, de acordo com as políticas operacionais de cada Banco ou Cooperativa.

Assim, é possível afirmar que as taxas de juros podem ser estabelecidas tendo como base em políticas monetárias ou na necessidade de manter suas atividades financiadas através de operações onde há grande risco de não serem quitadas. Desta forma, as taxas de juros praticadas por Instituições Financeiras Públicas, Privadas ou Cooperativas de crédito, são pautadas nas variações do mercado financeiro, tamanho da sua carteira de clientes e nível de investimento que estes clientes fazem à Instituição.

5 CONCLUSÃO

A manutenção do capital de giro das micro, pequenas e médias empresas é o tema central deste estudo e, portanto, é considerado uma ferramenta de importância decisiva para qualquer organização. A busca por alternativas que possibilitem a manutenção das atividades empresariais perpassa soluções convencionais onde seriam realizados empréstimos simples e passaram a contar com a flexibilidade de serviços bancários que permitem entre outros o desconto antecipado de títulos de recebíveis, como duplicatas e cartões de crédito.

Para que o empresário tenha conhecimento das transações financeiras que pretende realizar, é imprescindível realizar uma pesquisa acerca das taxas praticadas pelas Instituições Bancárias. A realidade do mercado exige das organizações uma atenção especial a toda e qualquer fonte de prejuízo de recursos financeiros que possa ocorrer.

No caso do município de Formiga-MG, foram verificadas as taxas de oito Instituições Financeiras, abordando-se 3 Cooperativas, 2 Bancos Públicos e 3 Bancos Privados e, o resultado permitiu verificar que, as taxas referentes à antecipação de cartão são as menores se comparadas com as taxas praticadas para antecipação de capital de giro ou desconto de duplicatas.

O estudo buscou encontrar respostas ao questionamento feito inicialmente, onde verificou-se nas Instituições pesquisadas, como estas atuavam no mercado no tocante à cobrança de juros de títulos descontáveis. Dentro deste contexto, foi possível observar que há uma variação significativa entre as Instituições e que, aquelas designadas como Bancos Públicos possuem taxas inferiores às praticadas por Bancos Privados e Cooperativas de Crédito, respondendo assim, ao objetivo geral do trabalho.

No tocante aos objetivos específicos, os Bancos Privados não forneceram o valor das taxas mínimas praticadas para antecipação de capital de giro e cartão de crédito, deixando a análise das taxas deficitária. Quanto à variação encontrada nas taxas de juros praticadas, estas ocorrem em função da variação no preço dos serviços internos das Instituições e, no caso das Cooperativas, por buscarem serviços mais baratos para seus Cooperados, visto que o regime destas é de sociedade.

Por fim, ao confrontar a atuação das Cooperativas de Crédito com as demais Instituições Financeiras analisadas de acordo com as variáveis: capital de giro;

desconto de duplicata e antecipação de cartão de crédito para pessoa jurídica. Conclui-se que os Bancos Privados possuem taxas mais elevadas do que as praticadas por Bancos Públicos e, este fato pode ocorrer devido à concorrência existente entre Bancos deste segmento que estão em constante busca por novos clientes e manutenção dos já existentes.

REFERÊNCIAS

- ANEFAC. Pesquisa de juros. 2013. Disponível em: <http://www.anefac.com.br/PesquisaJuros.aspx>. Acesso em: 26 set. 2015.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**, São Paulo; Atlas 2009.
- BORGES, L. R. A relação de causa e efeito das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e as operações de crédito e arrendamento mercantil dos maiores bancos brasileiros: um estudo no período de 2003 - 2013. Monografia. 2014. Universidade Federal de Alfenas. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/4_monografias/2014_2_Monografia%20Lucas%20Rocha%20Borges.pdf. Acesso em: 26 set. 2015.
- CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- DAHER, D. M.; MINEIRO, A. A. C.; DAMASO, J.; VILAS BOAS, A. A. As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada. Simpósio de excelência e gestão tecnológica. 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos12/54716865.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- EBC – Radioagência Nacional. Micro e pequenas empresas geram 84% dos empregos do país. 2015. Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/economia/audio/2015-02/micro-e-pequenas-empresas-geram-84-dos-empregos-do-pais>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Apresenta informações sobre: Linhas de crédito rotativo e descontos. 2010. Disponível em: www.fiesp.com.br. Acesso em: 5 fev. 2016.
- FILGUEIRAS, C. Manual de contabilidade bancária. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FORTUNA, E. **Mercado Financeiro produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
- FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- GARCIA, A. de A. Reestruturação bancária: evolução, concentração e suas consequências para os trabalhadores. Período de 1990 à 2013. Monografia. 2014. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/36992/MONOGRAFIA01-2014-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GONÇALVES, A. M. A captação de capital de giro por micro e pequenas empresas. Monografia. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294035>. Acesso em: 11 fev. 2016.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAGIOIA, U. C. T. **Fundamentos do mercado de capitais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. São Paulo. Atlas, 2001.

MISSIO, F. J.; VIEIRA, R. M.; IAHN, J. F.; Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho: algumas considerações sobre a região Metropolitana de Porto Alegre. In: Terceiro Encontro de Economia Gaúcha, 2006, Porto Alegre. Terceiro Encontro de Economia Gaúcha, 2006.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINTO, B. L. M. O papel das micro, pequenas em médias empresas, dos arranjos produtivos locais e seus potenciais impactos para a economia. Monografia. 2012. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios. 2012. Disponível em: <http://200.143.215.3/portal/wp-content/uploads/biblioteca/tcc/T63.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

POLLHEIN, P. C.. Análise da aplicação do microcrédito no desenvolvimento de pequenos negócios através do Bancrí – Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-açú. **Monografia**. Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior. Itajaí, Santa Catarina, 2009.

SECURATO, J. R.. Crédito – Análise e avaliação do Risco: Pessoas Físicas e Jurídicas. São Paulo: Editora Saint Paul, 2002.

SOARES, P. C.D.; FARIAS, M. W. M.; SOARES, F. H. L. Análise da Necessidade de Capital de Giro, Endividamento e Liquidez de uma Empresa do Ramo Sucroalcooleira: um Estudo de Caso na Usina Coruripe S/A. **VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos11/23314435.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YAMAKAWA, L. P. Um estudo sobre o financiamento para pequenas e microempresas no Brasil. Monografia. 2011. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000798039. Acesso em: 27 nov. 2015.

ANEXO 1 – COOPERATIVAS

PESSOA JURÍDICA					
Por Pedras					
	%				
	Topázio	Safira	Rubi	Esmeralda	Diamante
Capital Giro	2,86	2,76	2,66	2,56	2,46
Desconto de Duplicata	2,99	2,89	2,79	2,69	2,59
Antecipação de Cartão	2,31	2,15	1,98	1,82	1,65

Fonte: Cooperativa de Crédito 1 (2015)

PESSOA JURÍDICA				
Faturamento				
	%			
	Qualquer Tipo de Faturamento (Padrão)			
Capital Giro	2,5			
Desconto de Duplicata	1,95			
Antecipação de Cartão	2,00			

Fonte: Cooperativa de Crédito 2 (2015)

PESSOA JURÍDICA				
Perfil				
	%			
Capital Giro	2,60			
Desconto de Duplicata	2,50			
Antecipação de Cartão	2,40			

Fonte: Cooperativa de Crédito 3 (2015)

ANEXO 2 – BANCOS PÚBLICOS

PESSOA JURÍDICA	
Capital Giro	Taxa
Faturamento Mensal até R\$500.000,00	3,2 a 3,9
Faturamento de R\$500.000,00 a R\$2.400.000,00	2,9 a 3,6
Faturamento de R\$2.400,000,00 a 15.000.000,00	2,5 a 3,5
Faturamento acima de R\$15.000.000,00	2,1 a 2,9
Desconto de Duplicata	
	Taxa
Faturamento Mensal até R\$500.000,00	2,7 a 3,7
Faturamento de R\$500.000,00 a R\$2.400.000,00	2,3 a 3,2
Faturamento de R\$2.400,000,00 a 15.000.000,00	2,2 a 3,0
Faturamento acima de R\$15.000.000,00	2,2 a 2,7
Antecipação de Cartão	
	Taxa
Faturamento Mensal até R\$500.000,00	2,11
Faturamento de R\$500.000,00 a R\$2.400.000,00	1,99
Faturamento de R\$2.400,000,00 a 15.000.000,00	1,86
Faturamento acima de R\$15.000.000,00	1,70

Fonte: Banco Público 1 (2015)

PESSOA JURÍDICA	
Capital Giro	Taxa
Mínimo	2,19
Máximo	2,69
Desconto de Duplicata	
	Taxa
Mínimo	2,39
Máximo	2,79

Antecipação de Cartão	Taxa
Mínimo	1,89
Máximo	2,03

Fonte: Banco Público 2 (2015)

ANEXO 3 - BANCOS PRIVADOS

PESSOA JURÍDICA	
Capital Giro	Taxa (am)
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	1,90
Desconto de Duplicata	
	Taxa
	1,52
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	1,82
Antecipação de Cartão	
	Taxa
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	1,60

Fonte: Banco Privado 1 (2015)

PESSOA JURÍDICA	
Capital Giro	Taxa (am)
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	2,80
Desconto de Duplicata	
	Taxa
	1,90
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	2,80
Antecipação de Cartão	
	Taxa
Faturamento Mensal até R\$1.000.000,00	1,60

Fonte: Banco Privado 2 (2015)

PESSOA JURÍDICA	
Capital Giro	Taxa
(até R\$10.000,00)	5,13
(de R\$10.000,00 a R\$50.000,00)	5,02
(de R\$50.000,00 a R\$150.000,00)	4,90
(de R\$150.000,00 a R\$250.000,00)	4,68
(de R\$250.000,00 a R\$400.000,00)	4,45
(acima de R\$400.000,00)	4,22
Desconto de Duplicata	
	Taxa
(até R\$10.000,00)	4,02
(de R\$10.000,00 a R\$50.000,00)	3,82
(de R\$50.000,00 a R\$150.000,00)	3,62
(de R\$150.000,00 a R\$250.000,00)	3,42
(de R\$250.000,00 a R\$400.000,00)	3,22

(acima de R\$400.000,00)	3,02
Antecipação de Cartão	Taxa
(até R\$10.000,00)	3,62
(de R\$10.000,00 a R\$50.000,00)	3,53
(de R\$50.000,00 a R\$150.000,00)	3,43
(de R\$150.000,00 a R\$250.000,00)	3,33
(de R\$250.000,00 a R\$400.000,00)	3,23
(acima de R\$400.000,00)	3,01

Fonte: Banco Privado 3 (2015)